



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

31/10/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
1.2. OBRAS/REFORMA.....	2 - 3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. COMARCAS.....	4 - 7
2.2. DECISÕES.....	8 - 10
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. OBRAS/REFORMA.....	11 - 12
3.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	13
3.3. SEM ASSUNTO.....	14 - 15
4. JORNAL O IMPARCIAL	
4.1. SEM ASSUNTO.....	16
5. JORNAL O QUARTO PODER	
5.1. AÇÕES TJMA.....	17
5.2. CNJ.....	18
5.3. COMARCAS.....	19 - 21
5.4. DECISÕES.....	22 - 24
5.5. OBRAS/REFORMA.....	25
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	26 - 27
6.2. DECISÕES.....	28 - 30
6.3. OBRAS/REFORMA.....	31 - 32
6.4. RECONHECER É AMAR!.....	33 - 34

Projeto Caravana da Liberdade vai combater trabalho infantil

As ações de combate ao trabalho escravo e infantil no Maranhão ganhou um reforço importante com o projeto Caravana da Liberdade, que será desenvolvido em todo o Estado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Procuradoria Regional do Trabalho e parceiros.

Codó, distante 300 km da capital, será o primeiro município a receber – nos dias 21 e 22 de novembro – a caravana,

por apresentar elevados índices de conflitos sociais, trabalho infantil, aliciamento de pessoas para trabalharem em situação análoga à escravidão, além do número significativo de usuários de drogas.

“Naquele município e outros contemplados pelo projeto serão oferecidos serviços na área de cidadania, ouvidoria itinerante, recebimento de reclamações trabalhistas, orientação jurídica, coleta de denúncias de trabalho escravo, atendimento pelo Ministério Público, reuniões com sindicatos

de trabalhadores rurais, gestores municipais, audiência pública com os empresários locais, entre outras atividades”, informa a juíza auxiliar da presidência do TJMA, Francisca Galiza, designada pelo desembargador Guerreiro Júnior para representar a Corte no projeto.

Serão ministrados ainda cursos de aprendizagem, palestras em escolas, oficina de capacitação nas unidades de saúde da família para identificação de situação de trabalho infantil e doenças relacionadas ao trabalho.

TJMA entregará reforma de fórum de Balsas em novembro



⇒ Guerreiro Júnior inspeciona fórum de Balsas ao lado da juíza Nirvana Mourão

Pág. 3

TJMA entregará reforma de fórum de Balsas em novembro

Guerreiro Júnior inspeciona fórum de Balsas ao lado da juíza Nirvana Mourão



Os prazos processuais em Balsas (777 km da capital) serão retomados a partir desta quarta-feira (31), com a volta à normalidade das atividades judiciárias naquela comarca, após a interdição do fórum - por pro-

blemas estruturais no telhado - e a mudança para instalações provisórias.

Os serviços emergenciais no fórum foram autorizados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, após

visita a comarcas do sul do Estado, este mês, e verificação dos problemas ocorridos em Balsas. A previsão inicial de término da obra para dezembro foi reavaliada pelo TJMA e antecipada para novembro.

Guerreiro Júnior determinou a recuperação emergencial da sede e estipulou prazo de 70 dias para conclusão dos serviços. Além da recuperação do teto é feita a revisão das instalações elétricas e recolocação do forro. O presidente anunciou, na oportunidade, a construção de estacionamento interno e um depósito judicial.

A diretora do fórum,

juíza Nirvana Mourão Barroso, expediu Portaria (Nº 60/20112) informando a normalidade dos serviços; o retorno da fluência dos prazos processuais; o registro de ponto pelos servidores e a comunicação à comunidade local.

A Justiça de Balsas está funcionando temporariamente em imóvel onde ficava a Clínica Padre Ângelo (Av. Governador Luiz Rocha, Setor Industrial, s/nº), enquanto durar a reforma da sede própria, que sofreu danos com o desabamento da sustentação do telhado no início de outubro, atingindo parte das instalações das três varas.

Justiça bloqueia contas do município para pagar servidores

PÁGINA 3

BACURI: Justiça bloqueia contas do município para pagar servidores

Em decisão proferida na manhã de segunda-feira (29), o juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, titular da 1ª Vara de Pedreiras, respondendo pela Comarca de Bacuri, deferiu pedido de liminar formulado pelo Ministério Público Estadual, determinando o bloqueio de todas as contas de titularidade do Município de Apicum-Açu. O objetivo da medida é pagar os salários dos servidores municipais, que estão em atraso desde setembro. As contas municipais somente poderão ser movimentadas mediante determinação judicial.

Na ação, o Ministério Público Estadual afirmou que o Mu-

nicipio recebe periodicamente cotas relativas ao Fundeb, FPM e SUS, entre outras receitas, o que evidencia que o atraso na entrega dos salários dos servidores municipais decorre simplesmente da vontade do gestor público e que a parte desses recursos financeiros, vinculadas por lei ao atendimento da despesa com o pagamento de pessoal é aplicada em despesas outras, caracterizando desvio de finalidade.

Na decisão, o magistrado destacou que "a falta de pagamento dos salários devidos aos servidores ofende a dignidade da pessoa humana, devendo, o Poder Judiciário inter-

vir para corrigir distorções ou reprimir abusos na postergação desse direito".

E continua: "Nesses termos, dada a natureza alimentar da verba salarial inadimplida que se busca tutelar com a presente decisão, que está atrelada à própria subsistência e atendimento das necessidades básicas dos servidores municipais, possuindo status de direito fundamental, eis que utilizado ao próprio resguardo da vida, saúde, habitação, entre outros direitos fundamentais, direitos subjetivos estes inalienáveis, constitucionalmente consagrados, cujo primado, em um Estado Democrático de Di-

reito como o nosso, que reserva especial proteção à dignidade da pessoa humana, há de superar quaisquer espécies de restrições legais."

O juiz afirmou, ainda, que "o Município requerido deveria ter observado o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal que determina a aplicação do limite de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida para pagamento do funcionalismo, o que, de fato, não o fez, pois realizou a transferência de recursos de suas contas bancárias em favor da "Construtora Construir Ltda", em patamares próximos ao referido percentual.

Zé Martinho participa de audiência pública em Cantanhede

O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular de Cantanhede, presidiu uma audiência pública na Comarca nesta terça-feira (23). O objetivo do magistrado era discutir a segurança pública, principalmente as questões relativas à violência e o tráfico de drogas existentes na Comarca. "Está consignado expressamente na Constituição Federal que o poder é exercido pelo povo através de representantes eleitos ou diretamente em várias hipóteses, como a audiência pública. Esse tipo de medida está inserida na idéia da democracia participativa, ou seja, com a participação do povo no processo de tomada de decisões. As audiências públicas não são convocadas de forma rotineira, mas sim de forma excepcional, quando algum tema tenha grande repercussão na sociedade, como foi o caso da violência. Nos últimos dias, a cidade de

Cantanhede verificou dois homicídios de adolescentes por arma de fogo", afirmou Frederico.

Diversas autoridades falaram durante a audiência no Centro Múltiplo Uso, entre as quais o Promotor de Justiça da Comarca, Dr. Fábio Portela, o Prefeito Municipal, Sr. José Martinho, o Comandante da Guarda Municipal, o Delegado de Polícia, Dr. Artégilio Cutrim, Secretários Municipais, Advogadas, Professores, Conselheiras Tutelares, Representante do Grupo Gaivota e outras entidades da sociedade civil. Foram definidos vários encaminhamentos pela comunidade.

O Delegado de Polícia Artégilio Cutrim comprometeu-se a concluir inquéritos reclamados pela população em, no máximo, 30 (trinta) dias. O Judiciário, o Ministério Público e o Município de Cantanhede irão oficialar, em conjunto, ao Governo do Estado e à Secretaria de Segu-

rança, solicitando audiência com essas autoridades, para que seja enviado um posto móvel da polícia militar, a fim de ficar instalado nos locais em que for verificada a atuação de traficantes de drogas, além do aumento do número do efetivo.

O Município de Cantanhede comprometeu-se a instalar um CREAS até o final do ano e a apresentar projetos de práticas desportivas e de lazer específico para crianças e adolescentes. Também será apresentado formalmente um projeto elaborado por religiosos de várias igrejas e pelo CRAS, objetivando a prevenção contra o uso de drogas e a homofobia. Este projeto será financiado também pelo Poder Judiciário, através de convênio a ser firmado, com as verbas oriundas de TCO's e penas alternativas.

Sobre a atuação de traficantes na Comarca, o Juiz criou um disque-denúncia



com o número de telefone do próprio Fórum para que a população possa anonimamente informar a identidade e a residências desses traficantes. A lista com os dados dos traficantes será repassada para o Delegado Regional de Itapecuru-Mirim, Dr. Leonardo. Também será realizada a atualização, pelo Judiciário e Ministério Público, de uma Portaria já existente na Comarca sobre a presença de crianças e adolescentes em eventos festivos.

O Juiz Frederico Feitosa de Oliveira também cobrará do Comandante do Pelotão da Polícia Militar em Cantanhede atuações efetivas para o desarmamento da população. Posteriormente, será realizado um estudo sobre a viabilidade da instalação de um estabelecimento penal, adotando a filosofia APAC na Comarca de Cantanhede.

Ao final da audiência, o magistrado agradeceu a presença maciça da população e de todas as autoridades, lembrando que a iniciativa da audiência pública foi do Auxiliar Judiciário Anízio Alves da Cunha Júnior, servidor da Comarca de Cantanhede. "Esperamos conseguir com esses encaminhamentos uma melhora na questão da violência e do combate ao tráfico de drogas. É nosso objetivo, também, a prevenção desses crimes. Cabe ao Poder Judiciário ser o protagonista nessas questões sociais de grande relevância, garantindo direitos na forma mais eficiente possível. Ressalto ainda que essa medida decorreu da ideia e da atuação de um servidor, o qual demonstra o seu compromisso não apenas com as suas obrigações do dia-a-dia na Secretaria, mas também com as mais altas

missões do Judiciário", ressaltou Frederico Feitosa de Oliveira.

O encerramento do evento ocorreu com a apresentação de duas peças teatrais sobre o tema e de um grupo de dança formados por adolescentes da Comarca. Participaram ainda da audiência o Vice-Prefeito, Sr. Valdir Quaresma, advogados militantes, Vereadores, servidores da Comarca, o pároco de Cantanhede e representantes do Conselho Tutelar.

TJ-MA mantém decisão contra prefeito de Viana

PÁGINA 3

TJ-MA mantém decisão contra prefeito de Viana

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve a decisão de receber denúncia contra o prefeito de Viana, Rivalmar Luis Gonçalves, que segundo o Ministério Público teria deixado de adotar procedimentos licitatórios no exercício financeiro de 2007 e comprovar aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Entre as despesas feitas sem processo licitatório incluem-se a aquisição de combustível (janeiro a outubro de 2007/R\$135.704,43), medicamentos (janeiro a dezembro de 2007/R\$ 402.785,73), aluguel e frete de veículos (R\$108.000), material odontológico (janeiro a dezembro de 2007/R\$ 101.079,44) e ausência de comprovação de despesas diversas (julho a outubro de 2007/ R\$280.666).

Na apreciação da denúncia pela câmara, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, afirmou que para o recebimento da mesma teria que ser consi-

derada a comprovação da materialidade delitiva e a exposição dos fatos tidos por criminosos.

"A inicial acusatória só pode ser rejeitada quando o fato narrado não constituir crime, já estiver extinta a punibilidade ou for manifesta a ilegitimidade da parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal", disse o desembargador na ocasião, quando foi decidido também que Gonçalves deveria ser afastado imediatamente do cargo.

A defesa do prefeito interpôs recurso, objetivando modificar a decisão, alegando que ela se encontrava em dissonância com entendimentos de outros tribunais, pedindo, ao final, o arquivamento da denúncia.

Melo entendeu que não havia fundamentos para modificar a decisão e rejeitou o recurso da defesa, sendo acompanhado pelos desembargadores Bayma Araújo e Fróz Sobrinho, seguindo o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

Caos em município

O parlamentar informou que por conta do caos, os servidores da saúde, educação e da administração estão com os salários atrasados há quatro meses. Como representante da região Tocantina na Assembleia Legislativa, ele pediu providências do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Justiça, para resolver os graves problemas enfrentados pela população de São Francisco do Brejão. No pronunciamento, o deputado manifestou solidariedade aos servidores públicos de São Francisco do Brejão, e prometeu acompanhar o caso e buscar a solução digna e legal junto a todas as autoridades competentes, tanto a nível estadual quanto federal.

Fórum

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



BALSAS - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, inspecionou, na semana passada, obra do Fórum de Balsas com a juíza Nirvana Mourão Barroso. A Justiça de Balsas está funcionando temporariamente em imóvel onde ficava a Clínica Padre Ângelo (Avenida Governador Luiz Rocha, Setor Industrial, s/nº), enquanto durar a reforma da sede própria, que sofreu danos com o desabamento da sustentação do telhado no início de outubro, atingindo parte das instalações das três varas. A previsão inicial de término da obra para dezembro foi reavaliada pelo TJMA e antecipada para novembro. Guerreiro Júnior determinou a recuperação emergencial da sede e estipulou prazo de 70 dias para conclusão dos serviços. Além da recuperação do teto, é feita a revisão das instalações elétricas e recolocação do forro. O presidente anunciou, na oportunidade, a construção de estacionamento interno e um depósito judicial.

Fórum

Os prazos processuais em Balsas (777 km da capital) serão retomados a partir de hoje com a volta à normalidade das atividades judiciais naquela Comarca, após a interdição do fórum – por problemas estruturais no telhado – e a mudança para instalações provisórias. Os serviços emergenciais no fórum foram autorizados pelo presidência do TJMA.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 56/2012
Processo n° 6097/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, do Decreto Estadual n.º 26.645/10 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO, FORMA ELETRÔNICA, Tipo MENOR PREÇO, por ITEM, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP)**, visando à aquisição de suprimentos e ferramental para instalação e reparo de redes lógicas de dados do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, no dia 19/11/2012, às 11:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP: 65.036-710, São Luís/MA. O pregoeiro informa que o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 29 de outubro de 2012.

André de Sousa Moreno
Pregoeiro TJ/MA

Assembleia vota empréstimo de R\$ 3 bi para o MA

Recursos serão usados no programa "Viva Maranhão", que beneficiará mais de 5 milhões de maranhenses até 2015

Gilberto Léda
Da Editoria de Política

A Assembleia Legislativa deve aprovar, hoje, projeto de lei encaminhado por mensagem governamental que autoriza o Governo do Estado a contrair empréstimo da ordem de R\$ 3,8 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimento no "Viva Maranhão" - programa de desenvolvimento que prevê intervenções estratégicas e estruturantes em áreas como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública.

A proposta tramita na Casa desde a semana passada e está, atualmente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Mas um pedido de urgência protocolado pelo deputado estadual Tatá Milhomem (PSD), na manhã de ontem, possibilitará a apreciação da matéria em menor tempo para viabilizar a sua aprovação antes desta quarta-feira.

Segundo o pessedista, se isso não ocorrer o Estado perde o direito de poder lançar mão dos recursos. Por causa disso, ele criticou a postura do líder do Bloco Parlamentar de Oposição (BPO), deputado estadual Marcelo Tavares (PSB), que pedia durante a sessão plenária, mais tempo para discutir a proposta.

"Quando se pensa, quando se consegue alguma coisa, algum recurso para alavancar o desenvolvimento do Estado, aí vem um 'nhenhém' aqui em cima. Deputado Marcelo, o pedi-

do de urgência só teve um objetivo: não é escamotear nada. É que existem prazos a ser cumpridos. Admito que o governo possa ter pecado em ter mandado com um prazo já tão exíguo, mas ou nós vamos aprovar até o dia 31 ou nós não conseguiremos mais este empréstimo, que servirá para se redimir o estado de algumas situações de pobreza", explicou.

Implementação - Na mensagem encaminhada ao Legislativo, a governadora Roseana Sarney (PMDB) destaca que o programa beneficiará aproximadamente R\$ 5 milhões de maranhenses, nas áreas urbana e rural do estado, e será implementado ao longo de quatro anos.

Ainda de acordo com a peemedebista, o governo deve desembolsar R\$ 308 milhões como contrapartida. Os recursos do BNDES virão do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (Proinvest), com prazo total de 240 meses e custo financeiro de Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (atualmente em 5,5% ao ano) mais remuneração do BNDES de 1,1% ao ano.

"Fora os resultados e impactos sistêmicos esperados, os investimentos propostos permitirão acelerar a descentralização dos investimentos públicos para promoção do desenvolvimento regional, além de contribuir decisivamente para a redução da pobreza extrema no Estado", diz a mensagem governamental.

Imperatriz ainda recebe pacientes de fora da cidade

Conselho de Saúde quer aumento do número de UTIs para atender pacientes do sul do estado, norte do Tocantins e sudeste do Pará

IMPERATRIZ - Os Conselhos Municipais de Saúde (CMS) são órgãos permanentes e deliberativos com representantes do governo, dos prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários. Eles atuam na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, incluindo os aspectos econômicos e financeiros. Esta é a parte teórica da questão.

Na prática, o município de Imperatriz recebe diariamente uma crescente demanda da Região Tocantina. A população fluente atinge cerca de 20 mil pessoas diariamente, número que cresce progressivamente. Paralelamente a isso, o setor médico se situa como um dos mais requisitados. A atuação do CMS se torna importante neste momento.

Dessa maneira, o município de Imperatriz, por meio do conselho, reivindica o aumento do número de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) adulto e infantil, para atender à cidade e região.

Imperatriz abriga pacientes de vários municípios do sul do Maranhão, norte do Tocantins

e sudeste do Pará.

Os hospitais atendem centenas de doentes todos os dias, tanto adultos quanto crianças, até mesmo o Hospital Municipal de Imperatriz (HMI), sendo hoje uma referência em tratamento de média e alta complexidade.

Atualmente, Imperatriz atende mais de 1,3 milhão de habitantes do sul do Maranhão. A Portaria nº 1.360, de 2 de julho de 2012, emitida pelo Ministério da Saúde, alocou R\$ 2.757.427,00 para a implantação de 20 leitos equipados e em condição de funcionamento. Falta apenas a autorização estadual para entrar em funcionamento.

MP - O CMS solicitou a intervenção do Ministério Público do Maranhão (MP) e a Justiça proferiu decisão, em 24 de setembro, obrigando o Estado a efetivar o funcionamento de 20 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), sendo cinco pediátricos e 15 adultos, no município de Imperatriz. O prazo dado é de 30 dias, a partir da notificação, sob pena de multa diária de R\$ 30 mil.

A decisão do conselho demonstra e atende o caráter deliberativo sobre a formulação das estratégias de atenção à saúde, no controle da execução das políticas de saúde, incluindo, nos seus aspectos econômicos e financeiros aos quais remonta o Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz.

Após ampla avaliação das condições em que se encontra o setor de oncologia em Imperatriz, o Conselho Municipal de Saúde solicitou o apoio da Secretaria Estadual de Saúde (SES) para solucionar o problema relacionado ao tratamento de radioterapia no município de Imperatriz.

Segundo o presidente do conselho, Irisnaldo Félix, é preciso ressaltar que o município de Imperatriz tem empresa especializada, com condições de prestar este serviço e a unidade está pronta para a utilização, necessitando somente da contratação por parte do Estado do Maranhão.

A clínica em questão é a Oncoradium, que dispõe de excelente estrutura, com salas que evi-

tam o extravasamento de radiação em pleno funcionamento, com capacidade para atender 120 e com projeto de ampliação para 250 pacientes por dia.

Mais

É preciso ressaltar, ainda, que o paciente de câncer é, antes de tudo um vulnerável, em geral, incapaz de proteger seus próprios interesses, frágil e sujeito às mais diversas formas de exploração. Por isso, o Conselho Municipal de Saúde de Imperatriz está atento e vigilante, principalmente porque sabe que toda e qualquer necessidade do cidadão imperatrizense poderá ser atenuada através do acesso igualitário ao sistema público e privado, e não raro, poderá se valer do sistema jurídico como único instrumento para fazer valer estes direitos.

 OAB

Mário Macieira inicia campanha

A campanha da Chapa "Avançar Sempre Mais" à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão, chegou aos juizados das Relações de Consumo dos bairros do Turu e do Coroadinho. No 10º juizado cível, a sensibilização corpo a corpo envolveu muitos advogados e juízes que participavam de audiências ou acompanhavam seus clientes.

Para o membro da Comissão de Acompanhamento dos Juizados Especiais Osmar de Oliveira Neres, melhorias nos últimos anos já podem ser percebidas nos juizados. "Atuo diariamente nos juizados e consigo perceber os reflexos dos trabalhos já realizados. Ainda precisamos de

melhorias estruturais e de pessoal para dar mais celeridade aos processos. Essa é nossa meta para os próximos anos de gestão", frisou.

De acordo com o atual presidente da OAB-MA, Mário Macieira, a campanha nos locais de atuação dos colegas de trabalho tem trazido resultados positivos. "Estamos fazendo uma campanha direta, de contato com os membros da Ordem, e podemos perceber que a receptividade está sendo muito boa ao nosso projeto de reeleição. Praticamente todos que encontramos aderiram de prontidão às nossas propostas, colocando adesivos no peito e nos parabenizando", ponderou Macieira.



Presidente da OAB-MA, Mário Macieira, visitou o juizado das relações de consumo

No Maranhão

Projeto Caravana da Liberdade vai combater trabalho infantil



Guerreiro Júnior designou a juíza
Francisca Galiza para representar o TJ no projeto

As ações de combate ao trabalho escravo e infantil no Maranhão ganhou um reforço importante com o projeto Caravana da Liberdade, que

será desenvolvido em todo o Estado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Superintendência

Regional do Trabalho e Emprego, Procuradoria Regional do Trabalho e parceiros.

Codó, distante 300 km da capital, será o primeiro município a receber – nos dias 21 e 22 de novembro – a caravana, por apresentar elevados índices de conflitos sociais, trabalho infantil, aliciamento de pessoas para trabalharem em situação análoga à escravidão, além do número significativo de usuários de drogas.

"Naquele município e outros contemplados pelo projeto serão oferecidos serviços na área de cidadania, ouvidoria itinerante, recebimento de reclamações trabalhistas, orientação jurídica,

coleta de denúncias de trabalho escravo, atendimento pelo Ministério Público, reuniões com sindicatos de trabalhadores rurais, gestores municipais, audiência pública com os empresários locais, entre outras atividades", informa a juíza auxiliar da presidência do TJMA, Francisca Galiza, designada pelo desembargador Guerreiro Júnior para representar a Corte no projeto.

Serão ministrados ainda cursos de aprendizagem, palestras em escolas, oficina de capacitação nas unidades de saúde da família para identificação de situação de trabalho infantil e doenças relacionadas ao trabalho.

Parceria com a DPE

Propostas de criação dos centros de conciliação do CNJ

Em reunião com o juiz Alexandre Abreu, o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, e a corregedora da DPE/MA, Fabiola Barros, foram informados sobre a estruturação no estado dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que estão sendo criados pelo Tribunal de Justiça nos termos da Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Responsável pelo Núcleo de Conciliação do TJ-MA, o magistrado solicitou a parceria da DPE na implementação dos centros. "Consideramos a Defensoria de fundamental importância para que os centros de conciliação atinjam os seus objetivos, que é o de facilitar a resolução de demandas sem a intervenção do judiciário, contribuindo assim para diminuir o número de processos em tramitação", afirmou.

A proposta apresentada aos gestores é de que a Defensoria encaminhe aos centros de conciliação as demandas de menor complexidade que chegam



Defensor geral Aldy Filho e Fabiola Barros em reunião com o juiz Alexandre Abreu

até a instituição. Por outro lado, uma vez não realizados os acordos, os casos retornariam à DPE para o ajuizamento das respectivas ações.

O defensor geral manifestou apoio à iniciativa, colocando a Defensoria à disposição para contribuir na estruturação dos centros. "Investir em métodos alternativos de resolução de litígios é a alternativa mais viável para se garantir acesso a direitos de forma mais célere e simplificada. Louvamos a iniciativa do Judiciário

maranhense e nos colocamos à disposição para contribuir no que for preciso", afirmou Aldy Mello Filho.

A Resolução nº 152, de 29 de novembro de 2010, trata da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Judiciário, que entre outros objetivos, prevê a utilização de mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação. Para tanto, a Resolução dispõe sobre a criação dos

Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, que ficarão responsáveis pela realização das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão. A legislação prevê, ainda, a formação dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, a quem compete planejar, implementar, manter e aperfeiçoar as ações voltadas ao cumprimento da política e suas metas.

Zé Martinho participa de audiência pública em Cantanhede



Zé Martinho participa de audiência pública em Cantanhede

O juiz Frederico Feitosa de Oliveira, titular de Cantanhede, presidiu uma audiência pública na Comarca nesta terça-feira (23). O objetivo do magistrado era discutir a segurança pública, principalmente as questões relativas à violência e o tráfico de drogas existentes na Comarca. "Está consignado expressamente na Constituição Federal que o poder é exercido pelo povo através de representantes eleitos ou diretamente em várias hipóteses, como a audiência pública. Esse tipo de medida está inserida na idéia da democracia participativa, ou seja, com a participação do povo no processo de tomada de decisões. As audiências públicas não são convocadas de forma rotineira, mas sim de forma excepcional, quando algum tema tenha grande repercussão na sociedade, como foi o caso da violência. Nos últimos dias, a cidade de

Cantanhede verificou dois homicídios de adolescentes por arma de fogo", afirmou Frederico.

Diversas autoridades falaram durante a audiência no Centro Múltiplo Uso, entre as quais o Promotor de Justiça da Comarca, Dr. Fábio Portela, o Prefeito Municipal, Sr. José Martinho, o Comandante da Guarda Municipal, o Delegado de Polícia, Dr. Artegílio Cutrim, Secretários Municipais, Advogadas, Professores, Conselheiras Tutelares, Representante do Grupo Gaivota e outras entidades da sociedade civil. Foram definidos vários encaminhamentos pela comunidade.

O Delegado de Polícia Artegílio Cutrim comprometeu-se a concluir inquéritos reclamados pela população em, no máximo, 30 (trinta) dias. O Judiciário, o Ministério Público e o Município de Cantanhede irão oficialar, em conjunto, ao Governo do Estado e à Secretaria de Segu-

rança, solicitando audiência com essas autoridades, para que seja enviado um posto móvel da polícia militar, a fim de ficar instalado nos locais em que for verificada a atuação de traficantes de drogas, além do aumento do número do efetivo.

O Município de Cantanhede comprometeu-se a instalar um CREAS até o final do ano e a apresentar projetos de práticas desportivas e de lazer específico para crianças e adolescentes. Também será apresentado formalmente um projeto elaborado por religiosos de várias igrejas e pelo CRAS, objetivando a prevenção contra o uso de drogas e a homofobia. Este projeto será financiado também pelo Poder Judiciário, através de convênio a ser firmado, com as verbas oriundas de TCO's e penas alternativas.

Sobre a atuação de traficantes na Comarca, o Juiz criou um disque-denúncia



com o número de telefone do próprio Fórum para que a população possa anonimamente informar a identidade e a residências desses traficantes. A lista com os dados dos traficantes será repassada para o Delegado Regional de Itapecuru-Mirim, Dr. Leonardo. Também será realizada a atualização, pelo Judiciário e Ministério Público, de uma Portaria já existente na Comarca sobre a presença de crianças e adolescentes em eventos festivos.

O Juiz Frederico Feitosa de Oliveira também cobrará do Comandante do Pelotão da Polícia Militar em Cantanhede atuações efetivas para o desarmamento da população. Posteriormente, será realizado um estudo sobre a viabilidade da instalação de um estabelecimento penal, adotando a filosofia APAC na Comarca de Cantanhede.

Ao final da audiência, o magistrado agradeceu a presença maciça da população e de todas as autoridades, lembrando que a iniciativa da audiência pública foi do Auxiliar Judiciário Anízio Alves da Cunha Júnior, servidor da Comarca de Cantanhede. "Esperamos conseguir com esses encaminhamentos uma melhora na questão da violência e do combate ao tráfico de drogas. É nosso objetivo, também, a prevenção desses crimes. Cabe ao Poder Judiciário ser o protagonista nessas questões sociais de grande relevância, garantindo direitos na forma mais eficiente possível. Ressalto ainda que essa medida decorreu da ideia e da atuação de um servidor, o qual demonstra o seu compromisso não apenas com as suas obrigações do dia-a-dia na Secretaria, mas também com as mais altas

missões do Judiciário", ressaltou Frederico Feitosa de Oliveira.

O encerramento do evento ocorreu com a apresentação de duas peças teatrais sobre o tema e de um grupo de dança formados por adolescentes da Comarca. Participaram ainda da audiência o Vice-Prefeito, Sr. Valdir Quaresma, advogados militantes, Vereadores, servidores da Comarca, o pároco de Cantanhede e representantes do Conselho Tutelar.

TJMA mantém decisão contra prefeito de Viana

Página 6

Justiça

TJMA mantém decisão contra prefeito de Viana

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão de receber denúncia contra o prefeito de Viana, Rivalmar Luis Gonçalves, que segundo o Ministério Público teria deixado de adotar procedimentos licitatórios no exercício financeiro de 2007 e comprovar aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Entre as despesas feitas sem processo licitatório incluem-se a aquisição de combustível (janeiro a outubro de 2007/R\$135.704,43), medicamentos (janeiro a dezembro de 2007/R\$ 402.785,73), aluguel e frete de veículos (R\$108.000,00), material odontológico (janeiro a dezembro de 2007/R\$ 101.079,44) e ausência de comprovação de despesas diversas (julho a outubro de 2007/ R\$280.666,00).

Na apreciação da denúncia pela câmara, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, afirmou que para o recebimento da mesma

teria que ser considerada a comprovação da materialidade delitiva e a exposição dos fatos tidos por criminosos.

"A inicial acusatória só pode ser rejeitada quando o fato narrado não constituir crime, já estiver extinta a punibilidade ou for manifesta a ilegitimidade da parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal", disse o desembargador na ocasião, quando foi decidido também que Gonçalves deveria ser afastado imediatamente do cargo.

A defesa do prefeito interpôs recurso, objetivando modificar a decisão, alegando que ela se encontrava em dissonância com entendimentos de outros tribunais, pedindo, ao final, o arquivamento da denúncia.

Melo entendeu que não havia fundamentos para modificar a decisão e rejeitou o recurso da defesa, sendo acompanhado pelos desembargadores Bayma Araújo e Fróz Sobrinho, seguindo o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

Em São Francisco do Brejão

Sergio Vieira denuncia e pede fim do caos administrativo

O deputado Dr. Sérgio Viera (PTB) ocupou a tribuna da Assembleia Legislativa na manhã desta terça-feira (30), para denunciar às autoridades competentes a situação de penúria e o caos administrativo que tomou conta do município de São Francisco do Brejão, na região Tocantina.

De acordo com Dr. Sérgio, o atual prefeito não conseguiu a reeleição e praticamente abandonou o município, onde não apareceu mais depois das eleições de outubro. "O prefeito eleito está com os braços atados, porque a legislação não permite que ele faça nada", disse.

O parlamentar informou que por conta do caos, os servidores da saúde, educação e da administração estão com os salários atrasa-

dos há quatro meses. "Os servidores públicos estão em greve e mais de 2.500 estudantes estão sem aula em São Francisco do Brejão", lamenta.

Como representante da região Tocantina na Assembleia Legislativa, Dr. Sérgio Viera pediu providências do Ministério Público Estadual e do Tribunal de Justiça, para resolver os graves problemas enfrentados pela população de São Francisco do Brejão.

No pronunciamento, Dr. Sérgio manifestou solidariedade aos servidores públicos de São Francisco do Brejão, e prometeu acompanhar o caso e buscar a solução digna e legal junto a todas as autoridades competentes, tanto a nível estadual quanto federal.

De Balsas

TJMA entregará reforma de fórum em novembro

Os prazos processuais em Balsas (777 km da capital) serão retomados a partir desta quarta-feira (31), com a volta à normalidade das atividades judiciárias naquela comarca, após a interdição do fórum – por problemas estruturais no telhado – e a mudança para instalações provisórias.

Os serviços emergenciais no fórum foram autorizados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, após visita a comarcas do sul do Esta-

do, este mês, e verificação dos problemas ocorridos em Balsas. A previsão inicial de término da obra para dezembro foi reavaliada pelo TJMA e antecipada para novembro.

Guerreiro Júnior determinou a recuperação emergencial da sede e estipulou prazo de 70 dias para conclusão dos serviços. Além da recuperação do teto é feita a revisão das instalações elétricas e recolocação do forro. O presidente anunciou, na oportunidade, a construção de estacionamento interno e um depósito judicial.

Trabalho infantil

■ As ações de combate ao trabalho escravo e infantil no Maranhão ganhou um reforço importante com o projeto Caravana da Liberdade, que será desenvolvido em todo o estado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Procuradoria Regional do Trabalho e

parceiros.

Codó, distante 300 quilômetros da capital, será o primeiro município a receber – nos dias 21 e 22 de novembro – a caravana, por apresentar elevados índices de conflitos sociais, trabalho infantil, aliciamento de pessoas para trabalharem em situação análoga à escravidão, além do número significativo de usuários de drogas.

Projeto Caravana da Liberdade vai combater trabalho infantil

As ações de combate ao trabalho escravo e infantil no Maranhão ganhou um reforço importante com o projeto Caravana da Liberdade, que será desenvolvido em todo o Estado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Procuradoria Regional do Trabalho e parceiros.

Codó, distante 300 quilômetros da capital, será o primeiro município a receber – nos dias 21 e 22 de novembro – a caravana, por

apresentar elevados índices de conflitos sociais, trabalho infantil, aliciamento de pessoas para trabalharem em situação análoga à escravidão, além do número significativo de usuários de drogas.

“Naquele município e outros contemplados pelo projeto serão oferecidos serviços na área de cidadania, ouvidoria itinerante, recebimento de reclamações trabalhistas, orientação jurídica, coleta de denúncias de trabalho escravo, atendimento pelo Ministério Público, reuniões com sindicatos de trabalha-

dores rurais, gestores municipais, audiência pública com os empresários locais, entre outras atividades”, informa a juíza auxiliar da presidência do TJMA, Francisca Galiza, designada pelo desembargador Guerreiro Júnior para representar a Corte no projeto.

Serão ministrados ainda cursos de aprendizagem, palestras em escolas, oficina de capacitação nas unidades de saúde da família para identificação de situação de trabalho infantil e doenças relacionadas ao trabalho.

Justiça bloqueia contas de Município para pagar servidores

Em decisão proferida na manhã do dia 29 de outubro, o Juiz Marco Adriano Ramos Fonsêca, Titular da 1ª Vara de Pedreiras, respondendo pela Comarca de Bacuri, deferiu pedido de liminar formulado pelo Ministério Público Estadual, determinando o bloqueio de todas as contas de titularidade do Município de Apicum-Açu. O objetivo da medida é pagar os salários dos servidores municipais, que estão em atraso desde setembro. As contas municipais somente poderão ser movimentadas mediante determinação judicial.

Na ação, o Ministério Público Estadual afirmou que o Município recebe periodicamente cotas relativas ao FUNDEB, FPM e

SUS, entre outras receitas, o que evidencia que o atraso na entrega dos salários dos servidores municipais decorre simplesmente da vontade do gestor público e que a parte desses recursos financeiros, vinculadas por lei ao atendimento da despesa com o pagamento de pessoal é aplicada em despesas outras, caracterizando desvio de finalidade.

Marco Adriano determinou a notificação do Município requerido para que encaminhe ao Banco do Brasil, Agência de Bacuri, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, as folhas de pagamento referentes ao mês de setembro/2012 de todos os servidores do quadro municipal que se encontram com a remuneração em atraso (servidores concursados, servidores ocupantes de cargos em comissão, contratados em caráter emergencial), fixando multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

TJMA mantém decisão contra prefeito de Viana

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão de receber denúncia contra o prefeito de Viana, Rivalmar Luis Gonçalves, que segundo o Ministério Público teria deixado de adotar procedimentos licitatórios no exercício financeiro de 2007 e comprovar aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS). PÁGINA 3

TJMA mantém decisão contra prefeito de Viana

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve a decisão de receber denúncia contra o prefeito de Viana, Rivalmar Luis Gonçalves, que segundo o Ministério Público teria deixado de adotar procedimentos licitatórios no exercício financeiro de 2007 e comprovar aplicação de recursos do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Entre as despesas feitas sem processo licitatório incluem-se a aquisição de combustível (janeiro a outubro de 2007/R\$ 135.704,43), medicamentos (janeiro a dezembro de 2007/R\$ 402.785,73), aluguel e frete de veículos (R\$ 108.000,00), material odontológico (janeiro a dezembro de 2007/R\$ 101.079,44) e ausência de comprovação de despesas diversas (julho a outubro de 2007/ R\$ 280.666,00).

Na apreciação da de-

núncia pela câmara, o relator do processo, desembargador Raimundo Melo, afirmou que para o recebimento da mesma teria que ser considerada a comprovação da materialidade delitiva e a exposição dos fatos tidos por criminosos.

“A inicial acusatória só pode ser rejeitada quando o fato narrado não constituir crime, já estiver extinta a punibilidade ou for manifesta a ilegitimidade da parte ou faltar condição exigida pela lei para o exercício da ação penal”, disse o desembargador na ocasião, quando foi decidido também que Gonçalves deveria ser afastado imediatamente do cargo.

A defesa do prefeito interpôs recurso, objetivando modificar a decisão, alegando que ela se encontrava em dissonância com entendimentos de outros tribunais, pedindo, ao final, o arquivamento da denúncia.

Melo entendeu que não havia fundamentos para modificar a decisão e rejeitou o recurso da defesa, sendo acompanhado pelos desembargadores Bayma Araújo e Fróz Sobrinho, seguindo o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.

TJMA entregará reforma de fórum de Balsas em novembro

Os prazos processuais em Balsas (777 quilômetros da capital) serão retomados a partir de hoje (31), com a volta à normalidade das atividades judiciárias naquela comarca, após a interdição do fórum – por problemas estruturais no telhado – e a mudança para instalações provisórias.

Os serviços emergenciais no fórum foram autorizados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, após visita a comarcas do sul do estado, este mês, e verificação dos problemas ocorridos em Balsas. A previsão inicial de término da obra para dezembro foi reavaliada pelo TJMA e antecipada para novembro.

Guerreiro Júnior determinou a recuperação emergencial da sede e estipulou prazo de 70 dias para conclusão dos serviços.

Além da recuperação do teto é feita a revisão das instalações elétricas e recolocação do forro. O presidente anunciou, na oportunidade, a construção de estacionamento interno e um depósito judicial.

A diretora do fórum, juíza Nirvana Mourão Barroso, expediu Portaria (Nº 60/20112) informando a normalidade dos serviços; o retorno da fluência dos prazos processuais; o registro de ponto pelos servidores e a comunicação à comunidade local.

A Justiça de Balsas está funcionando temporariamente em imóvel onde ficava a Clínica Padre Ângelo (Av. Governador Luiz Rocha, Setor Industrial, s/n), enquanto durar a reforma da sede própria, que sofreu danos com o desabamento da sustentação do telhado no início de outubro, atingindo parte das instalações das três varas.

Repercute em Imperatriz início das obras do novo fórum

Repercute, em Imperatriz, o início da construção do novo fórum da comarca, no Sul do estado realizado, na última quinta-feira (25), pelo Tribunal de Justiça do Estado. A primeira etapa dos serviços abrange a terraplenagem do terreno onde será erguida a sede do Judiciário naquela comarca, no Bairro Residencial Kubitscheck, em área de expansão da cidade.

O terreno de 14.083,33 m² foi doado pelo presidente da Facimp (Faculdade de Imperatriz), Antonio Leite Andrade. A escritura foi entregue ao presidente do TJMA, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, em 28 de fevereiro deste ano, pelo decano da Corte, desembargador Antonio Bayma Araújo, designado pela presidência do TJMA para

conduzir as tratativas visando a doação do imóvel e execução da obra.

A convite do presidente, Bayma Araújo esteve em Imperatriz, onde assinou a ordem de serviço que acionou máquinas no canteiro de obras.

O decano do TJMA exaltou a determinação do presidente Guerreiro Júnior em dotar Imperatriz de um fórum à altura da comarca, a segunda maior do estado e grande polo de desenvolvimento do Maranhão. "Essa primeira etapa será realizada com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (Ferj), mas a presidência do Tribunal já viabiliza outras fontes de financiamento para garantir a totalidade da obra", ressaltou Baima.

DIVULGAÇÃO



Mostrando habilidade e muito à vontade no comando de potente escavadeira, o desembargador Baima Araújo deu, na última quinta-feira, o 'pontapé inicial' dos serviços de Terraplenagem onde será construído o novo Fórum de Imperatriz.

2ª Vara de Família comemora resultado de audiências do “Reconhecer é Amar!”

Resultado positivo na segunda sexta-feira de audiências concentradas de reconhecimento de paternidade, no Fórum Desembargador Sarney Costa. A ação foi realizada no último dia 26, pela 2ª Vara da Família, em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça e com o Laboratório Forense de Biologia Molecular. O esforço integra as ações do projeto “Reconhecer é Amar!”, da CGJ-MA, que incentiva o reconhecimento voluntário de paternidade.

Das 26 audiências designadas pelo magistrado titular da 2ª Vara de Família, Marcelino Chaves Everton, 25 foram realizadas. Elas são decorrentes de indicações de reconhecimento de paternidade feitas pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos no posto do “Reconhecer é Amar!”, instalado no fórum de São Luís no mês de julho.

Foram totalizados três reconhecimento espontâneos de paternidade (durante a audiência), 14 exames de DNA designados e sete encaminhamentos ao posto do projeto (quando uma das partes não compareceu). Foram registradas, ainda, duas desistências de solicitação.

Marcelino Chaves Everton destacou a importância do projeto. “É uma oportunidade de assegurarmos cidadania às pessoas que ainda não possuem o nome do pai no registro de nascimento. Afinal, os filhos têm direitos garantidos por lei, que precisam ser cumpridos”, alerta o juiz. E garante: “O Poder Judiciário do Maranhão continuará abraçando esta nobre causa”.

Durante a ação, os pais tiveram a oportunidade de reconhecer espontaneamente os filhos. Os que optaram por não

fazê-lo, foram imediatamente encaminhados ao Laboratório de Biologia Molecular do fórum para a realização de exame de DNA. O laudo será liberado em até 15 dias.

Quem compareceu às audiências, parabenizou a Justiça maranhense pela iniciativa. “Estamos muito felizes por este presente maravilhoso que a Justiça nos deu: de reconhecimento gratuito de paternidade. Graças a Deus, deu tudo certo!”, declarou a educadora Maria de Ribamar de Jesus dos Reis.

O pai dos dois filhos da educadora, Hélio Augusto Nunes Pinheiro, também elogiou o projeto. “Sempre considere meus filhos e ajudei com o que precisavam. Só faltava registrá-los formalmente”, confidenciou o pedreiro, que reconheceu espontaneamente seus filhos.

SOBE ↑ O projeto Reconhecer é Amar, voltado para o reconhecimento voluntário de paternidade, foi implantado na comarca de Bacabal. O ponto de partida foi dado pelos juízes Joelmo Gomes Sousa e Lúcia de Fátima Silva Quadros, titulares da 3ª e 4ª varas, respectivamente, com a realização de uma caminhada no município.